

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1-A-58
19

Curso C-PEM/85

Partido.....

Solução do P-III-7 (EN) ENSAIO

Apresentada por

ARMANDO DE OLIVEIRA FILHO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19 85



PERU, ONTEM E HOJE

ARMANDO DE OLIVEIRA FILHO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

1985



GN-00000713-2

MM - EGN
BIBLIOTECA
24/06/1986
N: 113

REPO, COTEN 2 BOLS

ARMADA DE GUATEMALA
Capitán de Mar y Guerra

MINISTERIO DE MARINA
ESCUELA DE GUERRA NAVAL

1982



TEMA:

PERU, ONTEM E HOJE

Tópicos a abordar:

Aspectos físicos

Aspectos sociais

Aspectos econômicos

Aspectos políticos

O golpe militar de 68, suas causas e objetivos

Algumas realizações do movimento

O retorno aos governos civis

Algumas perspectivas.

PROPOSIÇÃO:

Apresentar os pontos mais significativos do estado e da nação peruanos, em seus aspectos físicos e sociais, econômicos e políticos; analisar a revolução de 1968, suas causas e consequências e o processo de retorno aos governos constitucionais, apresentado algumas perspectivas.

PERU, ONTEM E HOJE

O meio físico. O país, no aspecto físico, é constituído de três regiões bastante distintas oque, pelas suas características bastante contrastantes e de certa forma inóspitas, oferece sérias dificuldades à sua incorporação ao espaço econômico.

Confrontando-se com 5 países e banhado pelo Oceano Pacífico, o território é cortado longitudinalmente pela Cordilheira dos Andes, que constitue o divisor de águas dos rios que correm para o Pacífico e aqueles que integram a Bacia Amazônica.

A oeste encontramos uma faixa costeira, mais larga ao norte e que praticamente inexistente ao sul, onde a região montanhosa quase atinge o litoral. A região é predominante de clima temperado, sendo exceção sua parte setentrional, de clima tropical, úmido e chuvoso. Na sua maior parte, constituída de terrenos áridos e de baixa ocorrência de chuvas, é cortada por inúmeros rios de vazão extremamente variável, em cujas margens encontram-se áreas propícias à agricultura.

Do outro lado, encontram-se as terras baixas do leste, cujos relevo, clima e vegetação são os característicos da região amazônica; representam essas terras cerca de 50% do território. Os seus rios são perenes e navegáveis.

Aspectos sociais. A população peruana é constituída de cerca de 50% de indígenas - a maioria não fala o espanhol, e sim o idioma quichua -, ao redor de 40% dos mestiços, nos quais prevalece uma mistura da cultura espanhola e da cultura nativa, e de algo próximo de 10% de brancos. A presença de outras etnias é marginal. No momento, aproxima-se dos 20 milhões de habitantes, verificando-se uma taxa de crescimento entre 2 e 3%; a taxa de mortalidade infantil é bastante alta, sugerindo esses indicadores deficiências marcantes no setor de educação e saúde.

A dispersão da população pelo território é bastante diferen

ciada. A Amazônia peruana é praticamente desocupada; na região serrana a densidade populacional é maior sendo preponderantemente ocupada pelos indígenas.

Na faixa costeira concentra-se a maior parte da população, não só pelas características do processo de colonização espanhola mas também pela influência da cordilheira, que a empurra para o litoral. Ao longo desse são encontrados os maiores centros urbanos - sete com população superior 100.000 habitantes - entre esses destacando-se a capital Lima, em cuja região metropolitana concentra-se cerca de 1/4 da população do país. Nesse, é admitida uma taxa de urbanização da ordem de 65%.

Cerca de metade da população dedica-se a atividades agropecuárias embora seja pequena a participação do setor no produto nacional. A taxa de analfabetismo aceita é da ordem de 25%. Algo como 2/3 da população são reconhecidos na condição de desemprego ou subemprego o que, em conjunto, parecem explicar a distribuição de renda, na qual 3/4 da população auferem cerca de 1/5 da renda nacional.

Aspectos econômicos. Iniciada no período colonial, as atividades agropecuárias e de mineração dominam as atividades econômicas do país. As indústrias instaladas, em sua maior parte, são as ligadas ao processamento primário dos produtos daqueles setores, de baixo conteúdo tecnológico, entre as quais sobressaem a de alimentos - com destaque para a agroindústria da pesca - , a textil, a siderúrgica e as refinarias de petróleo.

À semelhança de outros países nos estágios iniciais de desenvolvimento, há falta de capitais e de iniciativas do setor privado para a realização dos investimentos necessários à elevação do nível de desenvolvimento nacional. A fraqueza do setor privado levou obviamente o Estado ao papel de principal investidor no país. A partir da década de 60, esse capital foi obtido através de financiamentos no sistema bancário internacional, em sua

maior dimensão voltados para empreendimentos governamentais ligados à irrigação, ao petróleo, à mineração e à pesca.

A dívida contraída elevou-se a níveis bastante perigosos com relação a dimensão da economia - US\$ 13,5 bilhões, ou seja, cerca de 2/3 do PNB. Da mesma forma que o ocorrido em outros países endividados, por força da elevação de juros, o serviço da dívida comprometeu parcelas cada vez maiores de suas exportações, sendo estimado para o presente ano um valor superior ao das exportações o que motivou declarações recentes do governo no sentido de serem limitadas esses pagamentos a uma parcela aceitável das divisas obtidas.

Como economia reflexa, com respeito ao que ocorre no mundo desenvolvido, e sem o esperado ingresso de divisas que seus investimentos deveriam propiciar, o país encontra-se em grave crise econômica com fortes déficits no balanço de pagamentos, desemprego generalizado e inflação ascendente, tendo cessado há alguns meses as remessas de juros e amortização da dívida externa.

Aspectos políticos. O país organiza-se segundo um regime republicano unitário - onde não existe a figura dos estados federados - no qual o Presidente, eleito por votação direta, é o Chefe do Estado; o Chefe do Governo é o Primeiro-Ministro. O Poder Legislativo é composto do Senado e da Câmara de Deputados. Os mandatos são quinquenais, de acordo com a Constituição colocada em vigor em julho de 1980, iniciando-se em meados do corrente ano novo período de governo.

O país é dividido administrativamente em 25 Departamentos; a história política do país confunde-se com a história republicana, pois foi a república proclamada logo após a independência. Ao longo de pouco mais de 160 anos como nação independente, esteve o Peru, na maior parte do período, sob governos de natureza oligárquica, civis e militares, constituindo exceção aqueles oriundos de processos que estão longe de ser reconhecidos como demo-

cráticos, Em três ocasiões, envolveu-se o país em conflitos de fronteira com países vizinhos, sendo mais notável o que foi chamado de Guerra do Pacífico, ao final do século passado, no qual veio a perder duas províncias para o Chile, no extremo sul do território.

Em 1968, em um golpe militar de natureza institucional e não oligárquica, novamente as Forças Armadas intervêm e assumem o governo, regime que se estenderia por 12 anos. Mais adiante acrescentamos algumas observações sobre esse período. O retorno aos governos constitucionais, a partir de eleições realizadas em 1979, deu-se em 1980 com a eleição de Belaunde Terry, presidente deposto em 1968 ao final de seu mandato e líder tradicional do partido Ação Popular - AP. No corrente ano, após mais de 60 anos de busca pelo poder, chega à Presidência o partido Aliança Popular Revolucionária Americana - APRA, por intermédio da figura de Alan Garcia. Desde 1980, e com maior vigor a partir de 1982, quando tomou proporções quase de guerra civil, o país vem sendo sacudido por atos terroristas realizados pelo grupo conhecido como Sendero Luminoso, que prega a revolução armada nos moldes maoistas, a partir da empobrecida região de Ayacucho, onde, coincidência ou não, deu-se a batalha que encerrou no Peru o período de dominação espanhola. Naquele ano de 1982, foi instalado estado de emergência na região; as Forças Armadas, ao lado das forças policiais têm sido empregadas no seu combate, havendo estatísticas que registram cerca de 7000 vítimas ao longo dos últimos cinco anos.

A dinâmica do golpe militar. Em 3 de outubro de 1968, teve início concreto o movimento que levaria à deposição do presidente constitucional e que, com seus desdobramentos na vida do país, veio a ser conhecido como a Revolução de 1968. Por força da dominância das forças do Exército em relações às demais forças armadas, foi esse deflagrado pelo Exército através de um grupo de

coronéis que comunicaram o fato ao General Alvarado, então Comandante-Geral do Exército, a quem foi oferecida a chefia do movimento. Condicionada que foi sua aceitação à obtenção do apoio das demais forças, nesse e no dia seguinte sucederam-se os entendimentos que pudessem preservar a imagem das instituições militares perante o povo. Na tarde de 3 de outubro Velasco Alvarado foi empossado na Presidência, a que imediatamente se seguiu a nomeação dos ministros, todos oficiais-generais das três armas. Como autoridade suprema, foi então instituída uma Junta Revolucionária, constituída dos comandantes-gerais e também ministros - do Exército, Marinha e Aeronáutica, acumulando o primeiro a Presidência do Conselho de Ministros.

Propostas e objetivos revolucionários - Os documentos iniciais do governo revolucionário - o Manifesto e o Estatuto da Junta Revolucionária - estabeleceram que, ao assumir o governo, as Forças Armadas iniciavam a emancipação definitiva da pátria, ante a necessidade de por fim ao caos econômico, à imoralidade administrativa, ao entreguismo dos recursos naturais explorados por privilegiados e tendo em vista a quebra do princípio de autoridade no governo deposto. Visava o movimento, entre outros objetivos, transformar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, visando o desenvolvimento das camadas menos favorecidas, imprimindo ainda um sentido nacionalista aos atos do governo e restabelecendo o princípio da autoridade (6:169).

A Constituição e demais leis foram mantidas em vigor, enquanto compatíveis com os objetivos do governo revolucionário. Este movimento não se autolimitava no tempo e a volta aos quartéis só se daria quando estivesse cumprida a sagrada missão que esse se atribuiu (6:100).

Aspectos causais do movimento. Como todo fenômeno social suas causas são múltiplas e complexas. No aspecto conjuntural, o panorama de 1968 era desolador, assolado que estava o país por di-

versas crises. Inflação e desemprego crescentes, ao lado da elevação do endividamento externo sem que as aplicações gerassem recursos para seu pagamento, compunham o quadro no plano econômico.

No entanto, ainda que reconhecendo os possíveis efeitos da crise econômica, outras circunstâncias, que mais profundamente afetam os princípios das organizações militares, estavam presentes. O contrabando como prática quase normal, acobertado pelo relaxamento da burocracia oficial, o cuidado oficial de ocultar delitos de seus funcionários em diversos escândalos, parecem por si ter propiciado razões quase bastantes para a intervenção militar.

No fundo desse quadro, era visível o fracionamento dos partidos políticos que, como outros do continente, atuavam, não sob as linhas de seus programas, mas ao sabor das conveniências circunstâncias e pessoais de seus membros, do que não escapou a AP, partido do governo, com a conseqüente instabilidade política. Nessa circunstância, aparecia como partido mais estruturado para vencer as eleições de 69 a APRA.

Fundado por Haya de la Torre em 1924, poucos anos após e motivado pela denúncia de fraudes nas eleições presidenciais, sublevava-se em Trujillo e, após choques com forças armadas, cerca de 50 militares são eliminados. Isso viria a criar uma total incompatibilidade entre os militares e o fundador da APRA.

Na ilegalidade em quase todo seu período de existência, nunca, senão recentemente, em 1985, ascendeu ao poder. Essa possibilidade, da mesma forma que levou à intervenção militar de 1962, parece também ter dado sua contribuição para a de 1968.

Diferentemente de movimentos anteriores - doze nos últimos 30 anos - o de 1968 não teve o caráter oligárquico dos anteriores, assumindo natureza institucional. As interpretações para tal mudança convergem para três fatores que parecem alterado a visão que essas instituições tradicionalmente tinham dos problemas sociais.

Como em outros países e aproximadamente na mesma época, em 1951 foi fundado o Centro de Altos Estudos Militares - CAEM. Longe de se limitar ao debate de problemas de essência militar, e sob o princípio formulado por esse instituto, de que sendo a finalidade suprema do Estado o bem-estar da Nação e as Forças Armadas, o instrumento para impor a política do Estado, cabendo-lhes zelar por tudo quanto possa afetar esse bem-estar, a endoutrinação dos militares levou-os a conhecer a realidade dos problemas domésticos, o que parece ter propiciado a criação de uma consciência sobre a necessidade da mudança nas estruturas do país. Igualmente, devem ser mencionados os estudos de mesma natureza que eram conduzidos pelos Serviços de Informações, sobretudo no do Exército, com vistas a conhecer a realidade que lhes cabia defender.

Por outro lado, e seguindo um padrão ao menos sul-americano, as forças armadas passaram por um processo de proletarização dos seus membros, progressivamente menos procuradas por filhos das classes mais abastadas, tendente, nas faixas de menor hierarquia, a uma maior permeabilidade às "novas idéias". Como já vimos, o movimento não foi iniciado pelos oficiais-generais, mas sim por oficiais superiores.

Algumas realizações do movimento. - Poucos dias após tomar o poder, o governo militar editou nova Lei de Reforma Agrária, bastante radical e que visava alterar as relações de trabalho na atividade agrícola e a estrutura fundiária do país. Situação de que podemos encontrar paralelos em outros países, 4% dos proprietários rurais detinham quase 70% da área agricultável. Isso parece ter raízes no processo secular de ocupação da faixa litorânea; as grandes unidades nasceram dominando as vertentes de água que se dirigem ao mar, cresceram e expandiram-se pela absorção das terras que, à falta de água, lhes eram incorporadas a preços irrisórios (6:210).

Na realidade, o processo de desapropriação de latifúndios já começara no governo Bellaunde, e foi bastante acelerado pelo novo governo, que tendia em futuro a entregá-los a trabalhadores cooperativados. Considerada por muitos como a maior herança a revolução, a reforma agrária, segundo estatísticas, viria a atender até hoje, cerca de 250.000 famílias camponesas.

Outra área em que a ação governamental se fez imediata foi a do petróleo, virtualmente sob monopólio da Internacional Petroleum Company-IPC, cujo patrimônio foi desapropriado 6 dias após o movimento militar e entregue à gestão de companhia estatal, a Petroperu. Esse problema, de enorme conteúdo emocional, que se arrastava em polêmicas discussões desde o início do século, exacerbadadas com a assinatura da chamada Ata de Talara, é por alguns considerado a gota d'água para o desfecho do golpe militar.

Consequência lógica da natureza autoritária do movimento, em 1969 foi editado o Estatuto da Liberdade de Imprensa que assegurava a liberdade de imprensa mas cuja sujeição à alguns princípios vagamente definidos - interesses de segurança nacional, p.ex. - na prática conduzia a um forte cerceamento da atividade da imprensa. No início de 1970 dois jornais foram desapropriados "por interesse social"; em 1974 outros sete jornais seguiriam o mesmo caminho. O campo de educação não escaparia à ação do governo; ainda em 1969 foi editada a Lei Universitária, de um lado, suprimindo praticamente a gratuidade do ensino superior e de outro, proibindo qualquer atividade política nas instituições de ensino. À mesma época foi decretada a Lei de Minas que, apesar de objetivar o afluxo de capitais externos para a indústria de mineração, parece ter produzido poucos resultados nessa direção. Na prática, ajudada pela falta de capitais externos para investimentos, a tendência nacionalizante e socializante desembocou na criação de inúmeras empresas estatais, que assumiram, em regime de monopólio ou atuando de forma compartilhada, embora dominante,

com capitais privados, o controle dos setores da infraestrutura econômica e das atividades mais relacionadas com o comércio externo.

O apoio popular que dispunha o governo revolucionário nos primeiros anos, motivado pela sua ação de assumir o controle dos setores básicos da economia e de medidas no campo social - nessas se destacavam a participação popular na gestão das empresas, a criação de cooperativas e outras organizações de participação social - em meados da década de 70, por força dos poucos resultados na melhoria das condições de vida da população, deu mostras de arrefecer, particularmente por meio de greves. Por volta de 1975 - em agosto desse ano o moderado Morales - Bermudez sucede o radical Velasco Alvarado - o regime começa a perder força quando debates sobre os destinos da revolução ganham corpo nos quartéis . O equilíbrio que deveria ser mantido em as facções radicais e conservadoras logo é refletido na atenuação de alguns dispositivos legais do período Alvarado e na admissão de civis no Ministério. Em fevereiro de 1977, o governo apresentou o Plano Tupac Amaru que delineava a estratégia governamental para os anos seguintes. Esse plano, entre outros aspectos, rejeitava tanto o alinhamento ao comunismo como o retorno ao sistema capitalista que prevaleceu até o movimento de 68 e, talvez como ponto central, previa o retorno aos governos constitucionais em 1980, passando pela elaboração de nova constituição que institucionalizasse as reformas revolucionárias, seguida da realização de eleições para o Parlamento e para a Presidência da República.

O retorno dos governos civis: eleições em junho de 1980 - realizada essa , ascendeu ao poder Belaúnde Terry, presidente deposto em 1968, com cerca de 45% dos votos, vencendo a AP na maioria dos Departamentos. A partir dessa época, os governos civis passaram a ser acossados não só pela situação econômica, em deterioração principalmente no setor externo - dívida e balanço de paga

mentos - , mas pela eclosão de atos terroristas do Sendero Luminoso. Em 1982, assumindo esses atos uma dimensão quase de guerra civil, as Forças Armadas passaram a intervir na repressão.

Em 1985, após cerca de 60 anos na busca do poder, alcança a presidência a APRA, por intermédio de Alan Garcia. O quadro econômico e político de hoje é tão incerto quanto preocupante. Sufo- cado pelas graves dificuldades nas frentes interna e externa, o novo governo, declaradamente marcado com preocupações sociais, tem o campo de ação severamente limitado, podendo se mostrar enganoso quaisquer tentativas de estabelecer precisamente as dire- ções que tomarão os futuros acontecimentos.

Algumas considerações finais: - A revolução de 68 parece consti- tuir o grande divisor de águas na história do Peru como nação soberana. Até essa, oligarquias internas e externas prevaleceram sobre a nação peruana que, em sua maior parte, permanece à mar- gem dos benefícios do processo social. Nascida nas classes mili- tares e por elas institucionalizada, a consciência social chegou para se estabelecer definitivamente e se alargar a todos os ex- tratos da sociedade. Tendo que vencer gigantescos desafios do meio físico, a nação peruana parece determinada a perseguir os caminhos que a levem a eliminar a expectativa de um futuro som- brio e incerto. Por maiores que sejam as dificuldades à frente,, as sementes estão lançadas e os frutos desejados inexoravelmente aparecerão. Resta para nós contribuir para que isso ocorra tão cedo quanto possível, pois a espera já está demasiadamente longa.



BIBLIOGRAFIA

1. ALAN Garcia assume o poder. In: Visão, São Paulo, nº 30, jul. 1985.
2. DELGADO, Carlos. A revolução peruana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
3. A DIVIDA é tema polético. In: Visão, São Paulo, nº 31, ago. 1985.
4. MOREIRA, Neiva. Modelo Peruano. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
5. PALMER, David Scott. The authoritarian tradition. New York, Praeger Publishers, 1980.
6. PEDROSO D'HORTA, Arnaldo. Peru: da oligarquia economia à militar. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971.
7. PERU - os civis decidem. In: Isto é, São Paulo, nº 178, mai.1980.
8. STEPHENS, Richard H. Wealth and Power in Peru. Metechen, N.Y. The Scarecrow Press, 1971.
9. VILLANUEVA, Victor. O golpe de 68 no Peru. Do caudilhismo ao nacionalismo? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
10. VOLTAM os donos. In: Veja, São Paulo, nº 622, ago. 1980.
11. WERLICH, David P. Peru: the lame-duck revolution. In: Current history, Philadelphia. nº 444, fev. 1979.



00007100000113
 Peru, ontem e hoje
 1-A-58

1. ALAN GARCIA, Peru, ontem e hoje, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
2. DELGADO, Carlos, A revolução peruana, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
3. A DIVIDA É uma polêmica, Revista, São Paulo, no 31, ago. 1982.
4. HORTA, Nelson, Modelo Peruano, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1975.
5. PALMER, David Scott, The authoritarian tradition, New York, Praeger Publishers, 1980.
6. PEDROSO D'HOVA, Arnaldo, Formas de organização econômica e política, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971.
7. PERU - os civis decidem, In: Isto é, São Paulo, no 178, mai. 1980.
8. STEPHENS, Richard H., Wealth and Power in Peru, Berkeley, M.Y. The Bancroft Press, 1971.
9. VILANUEVA, Victor, O golpe de 68 no Peru. Os equilibrios nacionais, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
10. VOLTAN os honra, In: Isto é, São Paulo, no 211, ago. 1980.
11. WERTICH, David R., Peru: the last-dock revolution, Int. Currents, Philadelphia, no 444, Jan. 1978.

Oliveira Filho, Armando de

Peru, ontem e hoje

1-A-58

NOME DO LEITOR (113/86)

14 MAR 87

~~Armando de Oliveira~~ de Delgado

24 MAR 87

→ RENOVADO

24 NOV 87

M. Davin

190 MAI 87

Boche OMB
Boche